

EDITORIAL

No última Comunicação & Educação (v. 25, n.1, 2020) referíamos-nos à dramaticidade do momento pelo qual passávamos, sobretudo no espalhamento e na velocidade de contágio da Covid-19, agravado no caso brasileiro pela incúria de uma atitude oficial apta a esclarecer, na integralidade do significado, o termo necropolítica. Infelizmente, o cenário não apenas se manteve nesta passagem do ano, como ganhou profundidade e extensão em razão do crescente número de infectados e mortos. As dantescas imagens amazônicas mostram cenas impensáveis, com pessoas clamando por socorro nas portas dos hospitais e, muitas vezes, indo a óbito, asfixiadas pela falta de oxigênio decorrente da leniência, do desinteresse e do desprezo pela vida por parte do governo federal. Enquanto a barbárie ganha vitalidade, os negacionistas abrigados nos palácios planaltinos proferem blagues e insultos às vacinas e às recomendações sanitárias, ao alegar o superdimensionamento da pandemia, a fragilidade no enfrentamento de uma simples gripezinha, afora a conhecida recomendação para o tratamento precoce do vírus solerte à base de um kit de medicamentos sem eficácia científica. Paremos por aqui, haja vista os impropérios e absurdos dos nossos altos dignitários habitarem o campo semântico da insanidade, da insensibilidade, do descaso.

Ensina o filósofo chinês Yuk Hui que a verdadeira “coimunização” não se restringe ao uso de antígeno contra determinado tipo de vírus, mas envolve um amálgama de circunstâncias para as quais são atraídas tanto políticas sociais inclusivas e ações de solidariedade ativa como reordenamentos nas atuais lógicas que presidem os sistemas de comunicação. Vale dizer, a procura por “imunidade” por parte de grupos poderosos – encastelados em condomínios de luxo, envolvidos na tessitura de redes protetivas dos seus negócios financeiros e dedicados a montar esquemas privilegiados de representação junto às ditas instituições republicanas – transcende a corrida às vacinas, direito de todos e dever de oferta célere, gratuita e estimulada pelo governo central, e desnuda o estado de exceção que nos atravessa.

Nesse amálgama regido pelo samba de uma nota só, a “infosfera” comunicacional avoca descentramento e formação de redes sociais capazes de possibilitar à cidadania defender-se das estruturas discursivas dominantes que presidem o arranjo empresarial midiático, acenando com um telos voltado ao bem comum. O problema reside no fato de a modelagem de tal “infosfera” construir-se em torno das monotecnologias, cuja “concorrência” se divide entre e no interior do Vale do Silício e de Shenzhen; entre o Google, o Facebook e o WeChat. A luta renhida circundando a Huawei e o padrão 5G representa excelente case para saber até onde a comunicação e as tecnologias, consideradas elementos transfronteiriços preditivos da ampla democracia no acesso aos bens da informação, vela ou revela as suas camadas de ironia.

No interior desse quadro complexo, os vínculos comunicativo-educativos ganharam evidência, pois o fechamento das salas de aula por quase um ano suscitou largo debate consoante à maior ou menor necessidade de introduzir no ecossistema escolar estratégias de

estudos virtuais. Expressões como “ensino híbrido” e “remoto” passaram a fazer parte de um dicionário escrito no calor da hora, haja vista o afastamento físico de milhões de discentes e docentes das unidades educativas. Aulas on-line, educação à distância, educação bimodal, enfim, num átimo, foi pedido o acionamento dos dispositivos tecnológicos visando a dar prosseguimento mínimo ao que antes circulava presencialmente. E o que se viu? O segmento “imunizado” do sistema escolar buscou alternativas mais rápidas: unidades frequentadas pelos filhos da classe média alta prosseguiram mantendo, ao menos parcialmente, as suas atividades. Por sua vez, as escolas, docentes e discentes do segmento público que precisavam de “coimunização” quedaram – respeitadas as poucas exceções – no silêncio e no desamparo. Ademais, pesquisas como a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2018, e a TIC Domicílios, de 2019, mostram inúmeras carências para a realização do ensino remoto: quase 30% das moradias não tem internet; 57% dos computadores estão sem condições de rodar programas mais pesados. Aquelas fontes mostram, ainda, como os problemas se agravam quando verificada a distribuição da infraestrutura tecnológica por regiões do país e pelas faixas de renda. Aqui, o nosso velho e conhecido desigualitarismo, tratado largamente por Thomas Piketty, apenas deixa claro o estado de emergência que nos faz companhia.

É possível, porém, que as instituições educativas tenham entrado em uma rota sem volta, na qual as aulas virtuais e as estratégias bimodais venham a ganhar mais espaço, pedindo novas compreensões dos fazeres pedagógicos, das organizações curriculares, das relações docente-discente, para ficarmos em alguns indicadores. De uma ou outra maneira, isso nos remeterá ao debate envolvendo a própria comunicação, os usos e sentidos dos dispositivos, a visão e a perspectiva sobre o lugar das tecnologias informacionais. No que se espera algum vislumbre de alternativas capazes de trazer à discussão a tecnodiversidade exposta na obra do referido Yuk Hui.

Por inúmeras entradas, vários dos textos desta edição da nossa revista buscam enfrentar os desafios acima suscitados. É o que lemos no motivo reflexivo acerca da educação não-formal no interior da cibercultura; nas indagações concernentes às instâncias epistemológicas, pedagógicas e metodológicas da educomunicação. Seguem, ainda, o artigo internacional que indaga sobre a pesquisa universitária, e uma inédita entrevista feita com David Buckingham, levada a termo, via e-mail, por colaboradores da Comunicação & Educação. A se observar que dos seis relatos de experiência, cinco dizem respeito a propostas circunstanciadas pela pandemia, no que se revela a vitalidade de um sistema educador que intenta se reinventar, mesmo baixo as mais adversas condições.

Boa leitura!

Os editores